

AS CIDADES E A SUPERAÇÃO DA CRISE

Reflexo das crises política, econômica e social do país, a paralisação dos caminhoneiros tem colocado em risco serviços essenciais nas cidades. Prefeitas e prefeitos, atentos ao cenário de desabastecimento e vulnerabilidade institucional, manifestam seu posicionamento sob dois aspectos: emergencial e estruturante.

1. EMERGENCIAL

- 1.1 Os governos locais buscam garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, com medidas que vão da decretação de emergência à instalação de comitês para monitoramento e gestão da crise, priorizando as áreas mais urgentes;
- 1.2 Na busca das melhores soluções, prefeitas e prefeitos dialogam permanentemente e interagem com os governos estaduais;
- 1.3 Algumas prefeituras entraram com ações na Justiça para garantir o abastecimento de combustível para prestação de serviços básicos;
- 1.4 A saúde é a área mais crítica. A prioridade é assegurar os serviços de urgência e emergência e o uso racional dos insumos indispensáveis;
- 1.5 A coleta de lixo e o tratamento de água merecem atenção. O sistema de coleta está sendo contingenciado e a população estimulada a colaborar com o uso sustentável desses serviços;
- 1.6 As cidades estão operando seus sistemas de transporte com frotas reduzidas, visando garantir o serviço em horários de mais demanda;
- 1.7 A suspensão de aulas tem sido evitada e adotada apenas para os casos extremos;
- 1.8 As guardas municipais agem para minimizar os efeitos da crise, oferecendo, excepcionalmente, escolta para garantir o suprimento de combustíveis para áreas essenciais;
- 1.9 Os municípios têm estimulado, quando possível, o transporte ativo - sobretudo a pé e de bicicleta;
- 1.10 Os órgãos municipais de proteção ao consumidor intensificaram a atuação para coibir e punir abusos;
- 1.11 Agentes de trânsito estão orientados a não aplicar multas em situações decorrentes da crise, como pane seca e de permanência em filas para abastecimento;
- 1.12 Eventos e comemorações estão sendo avaliados e, quando o caso, reagendados.

Caminhoneiros colocaram o debate sobre a política de preços dos combustíveis na pauta do país. Prefeitas e prefeitos, que reiteram a legitimidade do protesto, direito garantido pela Constituição, pedem, agora, uma reflexão dos manifestantes para os danos que essas paralisações têm causado à população e à atividade econômica. Diante desse impacto nacional, situações únicas e também problemas comuns vivenciados pelos municípios evidenciam a urgência para a retomada da normalidade e do cuidado com as pessoas.

2. ESTRUTURANTES

- 2.1 Prefeitas e prefeitos reiteram o compromisso com a democracia. A superação da crise passa, necessariamente, por eleições livres e diretas, respeitando a Constituição;
- 2.2 É premente a promoção do diálogo entre os governantes dos três níveis federativos, de forma permanente e institucionalizada;
- 2.3 A estreita interlocução entre as esferas de governo, com a participação de prefeitas e prefeitos, aproxima Brasília do Brasil.
- 2.4 A FNP já se manifestou oficialmente contra o aumento da Cide sobre o diesel e a reoneração da folha de pagamento do setor de transporte público, pelos seus reflexos negativos na mobilidade urbana. A entidade tem apoiado, ainda, uma política de incentivo tributário a veículos elétricos para o transporte público;
- 2.5 É preciso rever a política de preços dos combustíveis e as relações entre o Estado e as empresas públicas, em especial a Petrobrás. Se por um lado subsídios elevados não se sustentam, por outro os preços tampouco podem flutuar automaticamente em função da variação das cotações do petróleo e do dólar, instituindo mecanismos de amortecimento das oscilações abruptas;
- 2.6 As alternativas apontadas unilateralmente pelo governo federal para atender os caminhoneiros geram reflexos para governos estaduais e municipais. Isso irá acentuar, ainda mais, a crise fiscal do país, e comprometerá os já escassos recursos para saúde, educação e assistência social.

Ao não promover a harmonia federativa, o governo federal, nas últimas décadas, tem imposto soluções que agravam a situação fiscal do país e comprometem a execução das políticas públicas. Essa reiterada prática tem sobrecarregado os serviços municipais e comprometido a qualidade de vida do cidadão. Prefeitas e prefeitos apostam no diálogo federativo, com a participação da sociedade civil, e nas mudanças legislativas inadiáveis, como formas de prevenir crises e superar impasses.

Brasília/DF, 29 de maio de 2018.
Frente Nacional de Prefeitos